

LITERATURA: ENSINO E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO TEXTO LITERÁRIO

Pedro Santos Lopes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Arthur Neves Sousa Pereira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Denise Aparecida Brito Barreto

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente trabalho objetiva discutir os aspectos ligados à Literatura, levantando entraves e discussões correlatas ao ensino da literatura na educação, em seu nível básico e superior; com vistas a fomentar as discussões acerca do desinteresse e do consumo do texto literário, e de como a variação linguística pode interferir na confecção de obras da Literatura. Para isso, a pesquisa de caráter bibliográfica se ancora nos seguintes autores que formularam trabalhos ligados ao tema central desta pesquisa – a literatura e a variação linguística no texto literário –, e também discutiram as vertentes apresentadas acima: Bagno (2017); Mortatti (2014); Oliveira (2010); Paganine; Fonseca (2015); Sanfelici; Silva (2015); Santos (2012); Saussure (2012); Zolin (2009). Para melhor elucidação, o artigo apresenta dados advindos da quinta edição da pesquisa intitulada “Retratos da Leitura no Brasil”, promovida pelo Instituto Pró-Livro entre os anos de 2015 a 2019. Desta forma, o presente estudo centra-se na variação linguística do texto literário e nos fatores sociais que contribuem para que este mesmo texto encontre problemáticas para a sua divulgação em massa. Procuramos, neste espaço, observar se há (ou não) resistência por parte de alguns autores da literatura brasileira na alteração dos seus textos escritos, influenciada pela língua oral, no que se refere a abordagem da variação linguística.

Palavras chave: Ensino. Literatura. Variação Linguística.

Introdução

O ensino de Literatura na educação básica encontra-se apoiado em fatores que se iniciam desde a formação do professor, carente de uma metodologia de ensino e aprendizagem que trabalhe o próprio texto literário, de modo a adequá-lo à realidade de interesse de pessoas jovens, oferecendo-lhes a Literatura, em si própria, e não como mecanismo de compreensão gramatical, assim como a abordagem desta área nas próprias escolas, que se define por uma acepção histórica dos períodos literários. O ensino, desta forma, aproxima muito mais o estudo da Literatura nas escolas brasileiras à disciplina de História do que, necessariamente, ao ensino da própria Literatura. Desta maneira, observamos os motivos pelo qual a sociedade brasileira, em geral, possui o costume de não praticar a leitura como meio de prazer individual. Fatores como o custo dos livros, o incentivo social da leitura e a não compreensão do texto literário

como algo utilitário, são questões que entram em voga quando é preciso analisar os baixos índices de leitura dos estudantes no Brasil.

A partir disso, desenvolvemos então, discussões ligadas aos aspectos sociais do consumo literário, focalizando três pontos considerados primordiais, sendo eles: a escolaridade, o gênero e a faixa etária do público leitor brasileiro. Como aporte de dados, utilizamos a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, desenvolvida pelo Instituto Pró-Livro¹, que atualmente está na sua quinta edição, lançada no ano de 2020. Outrossim, entendemos que por meio de tais aspectos sociais, é possível discutir algumas vertentes ligadas ao consumo literário como a relação escola X leitor; o gênero do público leitor X as produções de autores e autoras; e como a faixa etária influencia no consumo de uma literatura de massa. Logo, pretendemos levantar estes entraves para pensar como a literatura tem entrado nos mais distintos segmentos sociais.

Por entendermos que a Língua é de caráter social, discutimos, também, como a variação e a mudança linguística desta língua interfere na produção das obras literárias da Literatura Brasileira. Para isso, levantamos os pontos ligados aos níveis da variação linguística e trazemos alguns aspectos de como o texto se comporta com uma certa resistência – ou não – às mudanças da língua falada, e apresentamos alguns pontos de adequação do texto escrito as particularidades do texto oral, como uma forma de melhor caracterizar o contexto ficcional ou real expresso no texto literário.

Por fim, a pesquisa de caráter bibliográfico, objetiva discutir o que as pesquisas apresentam quanto ao foco principal deste trabalho: a Literatura; além de (re)pensar os dados ligados ao ensino da Literatura, ao (des)interesse por tal arte, ao perfil do público consumidor brasileiro e como as mudanças na Língua interferem na construção do texto literário. Como metodologia para a fundamentação teórica desta pesquisa, utilizamos bases indexadoras de artigos científicos e revistas com publicações voltadas para o tema principal deste artigo, para sustentarmos as discussões aqui expressas.

O Ensino da Literatura e a sua Função Pedagógica na Educação Básica e Superior

O *Ensino da Literatura* nas escolas brasileiras está ancorado em uma abordagem histórica da literatura em si, na qual somente os clássicos ganham um espaço para serem “debatidos”. Todavia, ainda que nomes consagrados da literatura ocupem a primazia do ensino

¹ O Instituto Pró-Livro atua com o objetivo de apoiar à leitura e o acesso ao livro no Brasil, e realiza desde o ano de 2007 pesquisas ligadas a identificação do público leitor brasileiro.

desta área, é o período no qual determinado autor escreveu que de fato será observado em sala de aula. Como afirma Oliveira (2010), a disciplina de Literatura está mais próxima da história do que da área de Língua Portuguesa, fato evidenciado pelos próprios currículos escolares que distanciam o ensino da Literatura ao ensino de língua portuguesa e de redação, constituindo, assim, abismos entre estes três campos de trabalho com a língua portuguesa. Isto nos leva a pensar em duas situações fundamentais para começarmos a compreender a problemática do ensino de literatura na educação básica e, também, na educação superior.

Primeiramente, observamos como, de fato, ocorre o Ensino da Literatura nas escolas brasileiras, e o motivo deste funcionamento. No segundo momento, questionamos sobre a pouca leitura dos estudantes no Brasil. Sendo assim, é preciso visualizar, com atenção, em que se ancora a prática pedagógica do ensino de Literatura vigente nas escolas do Brasil. Qual a razão do ensino da literatura na escola? Para quem esse ensino pretende servir? São perguntas que podem parecer óbvias, mas que escondem fatores importantes que não podemos renegar. A impressão que temos com o ensino da literatura é que esta é uma ciência distante da nossa realidade.

Destarte, a função dos textos literários parece-nos cumprir uma sentença teórica, decorativa e histórica, deixando de lado a observação destes textos como fator de fruição e de auxílio no desenvolvimento da capacidade interpretativa do sujeito. Há, por assim dizer, uma recepção quase que totalmente alienada do que é lido, uma absorção de informações sem sentido prático e que remonta a épocas distantes, o que dificulta ainda mais a leitura pelo prazer. Neste mesmo sentido, como ressaltou Oliveira (2010), a Língua não é neutra, logo, ela requer uma atitude interpretativa, e interpretar está longe de ser passivo diante do que se tem em mãos. Mas como nem tudo é por acaso, é preciso perceber que o próprio ensino da Literatura já se encontra embargado na própria formação do professor enquanto graduando.

Isto ocorre devido a maneira como a disciplina é apresentada no ambiente acadêmico. O professor em formação aprende a ler para si, teoricamente, mas não como apresentar o texto literário aos estudantes, que são, em sua grande maioria, pessoas jovens. A prática pedagógica, nesse sentido, apresenta falhas, uma vez que parece não haver uma comunicação efetiva que proporcione o enlace entre o que se quer ensinar e o que é aprendido. Neste compasso, cabe como recurso, ao professor, sobretudo os de Ensino Médio, lançar mão da gramática, associando-a à Literatura. Parece-nos, até mesmo, que o campo Literário é muito mais observações linguísticas e, como já dito, históricas do que necessariamente o conteúdo dela por ela. Segundo Vygotsky (2004, p. 328): [...] o melhor meio de infundir ódio a algum escrito e

levar a que ele não seja lido é introduzi-lo no currículo escolar.” (VIGOTSKI, 2004, p. 328 apud MORTATTI, 2014, p. 40).

Com base nisso, é possível inferirmos que as escolas brasileiras perpetuam um sistema que necessita ser revisto do ensino da Literatura. A escola falha, por abordar esta área como objeto de estudo, e não como mecanismo para desenvolver a capacidade do estudante de se localizar na língua e socialmente, fazendo seu uso com a propriedade que lhe é de direito natural. A prática deste ensino ratifica a máxima da pouca leitura do estudante brasileiro.

Literatura no Brasil do Século XXI: um Resgate Necessário

A partir da observação sobre o Ensino da Literatura, torna-se intuitiva a afirmação de que o povo brasileiro não possui o hábito da leitura, mas, a título de necessidade organizacional, convém detalharmos formalmente. Inicialmente, é indispensável voltarmos a uma questão muito cara no que concerne à equidade social: os livros no Brasil foram e continuam sendo um privilégio cuja maioria não pode dispor tão facilmente. Desta maneira, sendo o livro, em terras brasileiras, um artigo de luxo, cujos preços assustam aos mais desavisados, tornam-se ignorados, em detrimento de itens de primeira necessidade. O que certamente influencia, e muito, o *desgosto* pela Literatura que o indivíduo já traz plantado em si desde os tempos de escola.

Soma-se a isso a falta de incentivo à leitura por parte de setores da sociedade, em geral, expondo uma intensa fragilidade educacional decorrente, como tem sido abordado até o momento, da maneira desvinculada da realidade com que as obras literárias são apresentadas na rede de educação formal. Estudar literatura e fazer o seu uso são coisas completamente diversas, e olharmos para este ponto é fundamental para começarmos a compreender que a Literatura não é algo aquém da realidade, ainda que a obra seja ficcional. É preciso termos em mente que a vida, por si só, já se constitui como um ato literário, deste momento, nasce a relevância da não “marginalização” do conteúdo literário, uma vez que ao desprezá-lo, estaríamos renegando a nossa existência imaginativa, que torna a dita realidade algo real.

Contudo, considerarmos que quando estamos a abordar o trabalho da Literatura, podemos ter a ideia de que somente os alunos de *Ensino Médio* não possuem o gosto por esta arte, mas, como já referenciado, tendo a própria formação docente problemas neste quesito, é esperado que até mesmo aqueles que aprendem a teoria para si não se sintam atraídos pelo que a leitura de obras literárias têm a oferecer-nos, constituindo, assim, uma visão não otimista, tão difundida nos círculos sociais, de que a Literatura é um item a ser revisto.

Portanto, torna-se fácil afirmar “não gostarmos de algo que não temos um bom entendimento”, ou, pelo menos, quando este entendimento é tão pragmático a ponto de não nos deixar ter a percepção de que o conteúdo pode ultrapassar o que nos foi apresentado. Como bem observou Magnani (1992, p. 105):

Se o gosto se aprende, pode ser ensinado. A aprendizagem comporta uma face não espontânea e pressupõe intervenção intencional e construtiva. Assim, o professor tem um importante papel a desempenhar no desenvolvimento de seus alunos/leitores. [...] seu principal papel é o de articular princípios e práticas. E isso significa que tudo que vem sendo e vai ser dito sobre a leitura da literatura precisa fazer parte da vida do professor. [...] A formação e a transformação do gosto não se dão num passe de mágica. Com a escola – em que pesem as restrições de sua incompetência competente – concorrem todos os outros estímulos e desestímulos com os quais convivem professores e alunos nas horas restantes do dia. [...] Cabe ao professor romper com o estabelecido, propor a busca e apontar o avanço. Para isso é preciso problematizar o conhecido, transformando-o num desafio que propicie o movimento (MAGNANI, 1992, p. 105 apud MORTATTI, 2014, p. 32-33).

Posto isto, visualizamos a maturidade do aluno como um pré-requisito para a compreensão e, conseqüentemente, a escolha por determinados textos literários. É viável, que dentre os percalços do ensino, a (des)obviação da função da Literatura como mecanismo de aprendizagem. Para os professores conteudistas é essencial a vivência da fruição estética, para entenderem a importância do convencimento do ensino da Literatura, antes de, com palavras vazias, tentar convencer seus alunos sobre a “importância da literatura” (MORTATTI, 2014). Voltar-nos-emos, assim, ao que de fato importa:

[...] os (bons) textos literários encantam e ensinam (obviamente, se lidos, ou pelo menos ouvidos), porque fazem diferença em nossas vidas, constituem experiências profundamente humanas [...], porque nos ajudam a formular perguntas para nossa vida, estimulam nossa sabedoria, nossa busca de conhecimento de nós mesmos e do mundo. Nesse sentido, encantam e ensinam, porque, lendo-os, aprendemos algo sobre nossa vida, ao mesmo tempo em que aprendemos sobre a importância da literatura na formação do ser humano [...] Esses textos têm, portanto, uma função formativa específica (MORTATTI, 2008b, p. 27 apud MORTATTI, 2014, p. 31).

À vista disso, convém (re)afirmarmos a Literatura, antes de tudo, como um direito humano imprescindível em nossa formação como sujeitos de linguagem, capazes de perceber e sentir o mundo em sua máxima essência, o que ocasiona, igualmente, a nossa reflexão a respeito da realidade, entendendo-a não como algo subjetivo e estabelecido, mas passível de constante modificações, dado o nosso papel de agente causador nela e por ela.

Os Aspectos Sociais do Consumo Literário

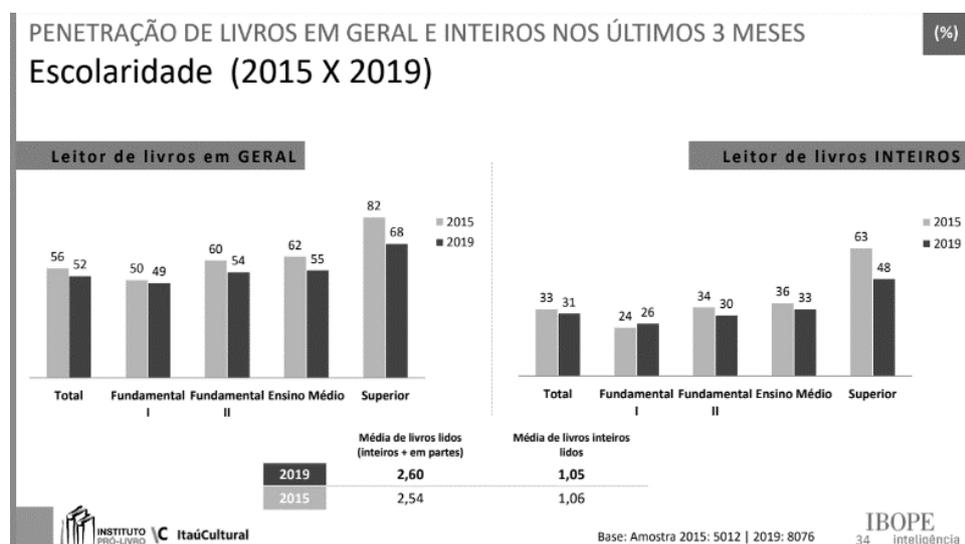
Com base nos pontos aqui discutidos, a quarta seção deste artigo pretende abordar sobre os aspectos sociais que estão ligados ao consumo da literatura no período correspondente aos anos de 2015 a 2019. Aqui levantamos os pontos relacionados *a escolaridade, o gênero e a faixa etária*, pois, como afirma Santos (2012, p. 175):

[...] o indivíduo quem costura as relações entre os diferentes grupos quando deles participa ativamente. Essa ideia tanto se aplica aos contatos sociais em geral como especificamente às atividades linguísticas que estreitam tais contatos quando se fala a mesma língua (SANTOS, 2012, p. 175).

A afirmação apresentada acima, retirada do artigo de Santos (2012) aborda sobre “A variação linguística nos textos literários”, exemplifica como o homem é produto do meio social em que vive e atua como sujeito de linguagem, podendo participar de forma alicerçada na construção de uma sociedade que consome estes textos.

Os dados que aqui discutimos são frutos da quinta edição da pesquisa intitulada “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro nos anos de 2015 a 2019. A pesquisa apresenta-se com o objetivo de traçar um perfil do leitor brasileiro, e também é definida por estudiosos da área como um dos objetos mais importantes na atualidade para medir o hábito de leitura dos brasileiros.

Inicialmente, focalizamos a apresentação do consumo literário partindo da vertente da *escolaridade* do público leitor brasileiro, com isso, utilizamos os dados a seguir:



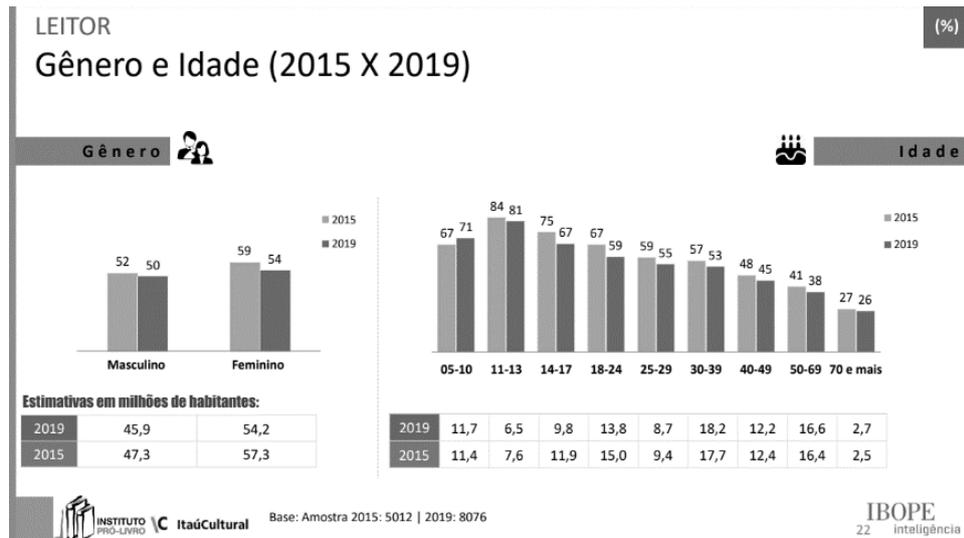
Fonte: Instituto Pró-Livro (2020)

A partir da leitura do gráfico produzido pelo Instituto Pró-Livro, chegamos à conclusão de que a quantidade de leitores de livros, em geral e/ou inteiros, é maior no público com o nível superior – e isso ocorre pela demanda de produção científica no campo acadêmico, pela formação e aperfeiçoamento do pessoal de nível superior, ou seja, muitas vezes, este público acaba por consumir leituras mais rápidas, como artigos, resumos, resenhas, partes de livros etc –, ao invés de consumirem livros inteiros como demonstra a segunda parte do gráfico.

Para discutirmos os dados do consumo de literatura entre a população mais jovem – com o grau de escolaridade variando entre o ensino fundamental I e II, e ensino médio, apresentamos a noção de Ensino da Literatura por Faria (1995, p. 35 apud SANFELICI; SILVA, 2015, p. 193) quando ele que: “a leitura literária é feita por imposição do professor, sem levar em conta as tendências pessoais dos alunos, suas preferências e expectativas”. Através dos dados apresentados, observamos que houve uma diferença significativa do consumo literário entre o público mais jovem, e isso ocorreu pela forma como a literatura foi cobrada em sala de aula, corroborando para a diminuição do consumo literário entre os graus de escolaridade citados.

Notamos que a prática do ensino de Literatura engendrada nas escolas, frequentemente, apresenta uma separação nas aulas de Língua Portuguesa entre os assuntos ligados à Literatura, à gramática, à redação, entre outros assuntos, e por conta de tal dissociação em sala de aula, amiúde para que o estudante não leia um texto literário para aumentar os seus conhecimentos de mundo ou para apreciá-lo, e sim, porque a escola gera cobranças (OLIVEIRA, 2010), ou seja, a ação em sala de aula não condiz com a formação de um leitor que ler por gostar da literatura e o estudante acaba lendo para atingir um objetivo previamente estabelecido: a aprovação no ano letivo.

Ainda na análise dos dados da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, discutimos o consumo literário a partir do gráfico que apresenta duas vertentes diferentes quanto ao público leitor brasileiro: *gênero* (à esquerda) e *faixa etária* (à direita). Sendo assim o seguinte gráfico ilustra a discussão expressa posteriormente:



Fonte: Instituto Pró-Livro (2020)

Primordialmente, argumentamos sobre o *gênero* do público entrevistado. O gráfico (à esquerda) acima estima que, no ano de 2019, um total de 54,2 milhões de brasileiras consumiram mais as obras literárias, número que se sobressai ao público do gênero masculino que carrega um valor estimado em 45,9 milhões. No entanto, apesar do público feminino ser o que mais consome as obras literárias, infelizmente, as autoras de obras literárias não têm tido o seu devido reconhecimento, e isso acaba fazendo com que seja aberto espaço para que o público masculino figure entre os grandes nomes da literatura e, por consequência, acabem sendo mais consumidos pelo público leitor.

Com isso, concordamos com o pensamento desenvolvido por Zolin (2009, p. 109), quando a autora afirma sobre “a considerável produção literária de autoria feminina, publicada à medida que o feminismo foi conferindo à mulher o direito de falar”, logo, discutimos, então, que por mais que o público feminino seja o maior consumidor das obras literárias, as mulheres que produzem obras da literatura foram conquistando o espaço a partir de muita luta do movimento feminista, adquirindo, aos poucos, um local de fala e lugar para o reconhecimento e produção de obras para o público leitor.

Quanto à *faixa etária* dos consumidores do universo literário, o gráfico (à direita) apresenta que a maior quantidade de pessoas que consomem obras literárias está na faixa etária de 30 a 39 anos (representando uma estimativa total de 18,2 milhões de brasileiros) e que o público dos anos finais da adolescência e início da vida adulta (18 a 24 anos) correspondem a uma estimativa de 13,8 milhões de brasileiros. Este número do público mais jovem é interessante e alarmante para discutirmos, pois, de maneira geral, tal grupo prefere as leituras

de massa, pois elas apresentam características como facilidade para serem lidas, leituras rápidas, enredos instigantes, as partes visuais das obras chamativas, indicações de amigos e familiares; além de associarem a necessidade de ler a ideia de ascensão social e econômica, e o crescimento do intelecto (SANFELICI; SILVA, 2015). Ainda assim, a quantidade de leitores mais jovens tem diminuído de forma substancial entre os anos de 2015 a 2019.

A partir dos aspectos sociais aqui postulados, entendemos que a Literatura, como um objeto de representação social da linguagem através dos textos escritos, tem apresentado grandes controvérsias quanto ao seu consumo que, em tese, tem diminuído com maior frequência nos últimos anos. Para isso é preciso repensarmos a forma em que a literatura é difundida socialmente, pensando nas mais distintas variáveis, não apenas na *escolaridade*, *gênero e faixa etária* do público leitor brasileiro. Necessitamos levantar debates de como a literatura tem se inserido nas regiões brasileiras, como tem sido apresentada aos mais distintos públicos e como a indústria cultural pode atuar a respeito desta área do saber.

A Variação Linguística e as suas Influências no Âmbito Literário

A Variação Linguística é apresentada como mudança, de caráter natural, que a Língua sofre ao longo dos anos e, através desta diferenciação na Língua surgem alguns níveis de fala que se relacionam diretamente com o sistema linguístico, pois como postula Saussure (2012, p. 17), a Língua é tida como: “[...] um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade”. Além disso, é possível discutirmos a variação e a mudança linguística que é constantemente apresentada na língua, seja ela escrita ou oral.

Inicialmente, procuramos delimitar sobre os níveis de fala que a Língua pode adquirir a partir de suas transformações: a) nível diatópico – também conhecido como “variação regional” –, que trata das mudanças que o espaço geográfico pode expressar na Língua e é apresentado, frequentemente, através dos sotaques (relação com a fonética das palavras) e do regionalismo (relação com o léxico das palavras); b) nível diastrático – este nível é de caráter social e a variação na Língua se relaciona com n-fatores, como, por exemplo classe social, nível de escolaridade, idade, gênero etc, e um exemplo claro da variação sociocultural são as gírias, comumente usadas pela comunidade mais jovem; c) nível diacrônico – este nível também é definido como “variação histórica”, ou seja, as mudanças que aconteceram na língua ao longo do tempo são encontradas em textos literários, músicas, documentos, entre outros tipos de materiais e, de forma geral, a variação histórica encontra-se em textos escritos; d) nível

diafásico – é definido como uma variação de caráter estilístico e de adequação ao contexto sociocomunicativo de uso da Língua, oral ou escrita.

Acerca da variação e mudança linguística nos textos literários, Paganine e Fonseca (2015, p. 68) afirmam que:

Para um estudo inicial a respeito da variação linguística na literatura, pode-se partir das diferentes particularidades entre a língua falada e a língua escrita, isso porque a primeira possui recursos de expressão, gestos, entonações e as frases, muitas vezes, são inacabadas, sem que sequer haja prejuízo à compreensão do receptor da mensagem, visto que ele está presente recebendo os sinais extralinguísticos e os enviando de volta. O receptor pode expressar feições e entonações de desentendimento, pode fazer perguntas e ser esclarecido no momento. A língua escrita não conta com esses recursos. O pensamento é construído lentamente, o texto pode ser reescrito e revisado diversas vezes, até que se alcance um modelo preciso e coeso como um todo. Desse modo, o uso da variação linguística é mais perceptível na língua falada que na escrita, apesar de não estar ausente desta (PAGANINE; FONSECA, 2015, p. 68).

Através desta ideia levantada pelas autoras, observamos, então, que as mudanças linguísticas em obras de literatura são expressas, especialmente, através dos níveis de fala diacrônico (com relação ao tempo) e diafásico (com relação à estilística), pois as obras são produzidas por meio da língua escrita. No entanto, por mais que tais níveis sejam expressos com maior frequência no âmbito literário, notamos, também, a presença dos níveis diatópico e diastrático, pois alguns autores fazem uso destes recursos para exprimir nas obras as falas orais resultantes dos convívios geográficos e socioculturais, e para adicionar aos personagens e situações criadas e/ou reais dos textos literários uma maior verossimilhança.

Verificamos, então, que quando um escritor tem a necessidade de recorrer às diferenças apresentadas nos níveis de fala da Língua, constantemente ocorre para “[...] dar a cor local, usa a variante adequada, do que é possível deduzir que, na literatura, também pode ocorrer a penetração, sorrateira ou não, da informalidade, do coloquial, da variante popular”, como afirma Santos (2012, p. 183). Sendo assim, entendemos que a alternativa do escritor de recorrer aos aspectos ligados à variação da Língua é oferecida para dar maior vazão aos fatos que são narrados nas obras literárias, garantindo uma maior objetividade aos escritos e apresentando os fatores subjetivos daquilo que é narrado.

Ao que se refere à literatura brasileira, inferimos que, por muito tempo, houve resistência por parte dos escritores de fazerem uso de caracteres sociais do povo brasileiro expressos através da oralidade nos textos escritos e, com isso, eles não recorriam aos recursos linguísticos de adequação e estilística textual, pois as faltas de uniformidade com o português

brasileiro padrão era visto como “como falta de domínio da língua portuguesa” (PAGANINE; FONSECA, 2015, p. 68). Ainda conforme Paganine e Fonseca (2015), as discussões ligadas à variação linguística nos textos literários advêm da forma em que a oralidade é expressa na língua escrita.

Para melhor discutirmos a questão da variação linguística e as suas influências no âmbito literário, selecionamos um trecho do livro “A Língua de Eulália” de autoria de Marcos Bagno (2017), em que o autor traz para uma obra literária, de uma forma lúdica e com base em dados científicos, a forma como a variação e a mudança linguística atuam no seio social através da língua falada pela personagem Eulália, que é debatida pela professora Irene, a sua sobrinha Vera e as suas amigas. Observa-se, assim, o seguinte trecho (BAGNO, 2017, p.14):

— Pode até ser — comenta Emília enquanto as quatro se sentam num grande banco de madeira sob um caramanchão.

— Mas ela fala tudo errado. Isso para mim estraga qualquer sabedoria.

— Eu tive de me segurar para não rir quando ela disse aquelas coisas na mesa — acrescenta Sílvia.

— Que coisas? — quer saber Vera. — Ah, sei lá... agora não me lembro — responde Sílvia.

— Eu me lembro — adianta-se Emília. — Ela disse “os problema”, “os fósforo”, “môio ingrês”...

— É mesmo — confirma Sílvia —, e a mais engraçada foi: “percurá os hôme”...
Sílvia ri, e Emília a imita.”

A intenção da obra de Marcos Bagno (2017) é a de discutir como a variação e a mudança linguística se comportam na língua oral e, para isso, o autor faz uso dos níveis de fala (diatópico, diastrático, diacrônico e diafásico) para demonstrar o debate acerca dos aspectos que se relacionam com as funções sociocomunicativas da Língua. Além disso, o autor discute no livro sobre o “preconceito linguístico” – atitude que ocorre através do julgamento, zombaria, e pelo tratamento diferente para com o outro, devido à forma que este faz uso da língua. Através do trecho acima, exemplificamos, então, como a variação linguística pode ocorrer no âmbito literário, sendo uma forma de potencializar maior verossimilhança aos aspectos reais que são narrados por meio do texto e, por mais que exista uma resistência por grande parte dos escritores brasileiros, notamos que a língua oral tem adentrado ao âmbito literário nos últimos anos,

levando o leitor a constituir elementos audiovisuais dos caracteres sociais que são expressos nas obras.

A resistência que é apresentada por alguns escritores brasileiros em fazer uso das variações que a língua sofre nos seus textos escritos, parte de três princípios elencados por Paganine e Fonseca (2015): 1) oposição entre língua falada e língua escrita – neste ponto, as autoras formulam que a língua que é oralizada é mais aberta às mudanças sociais, enquanto a língua escrita é de caráter conservador, logo, esta pretende seguir com veemência as regras do bem escrever definidas pela Norma Gramatical Brasileira; 2) a oralidade nos textos escritos – aqui, as autoras elencam que, geralmente, os autores escolhem alguns pontos principais da oralidade para serem postulados nas obras, pois em muitos casos, não há uma transcrição fonética acurada daquilo que é dito oralmente; 3) a subjetividade do leitor – neste ponto é discutido que o leitor pode inferir respostas subjetivas e variadas as marcas de oralidade que são expressas nos textos escritos por conta da variação e mudança linguística, e que a interpretação do leitor iria ser alterada de acordo a sua visão de mundo.

Com isso, através dos pontos levantados, concordamos com Santos (2012, p. 189) quando a autora afirma que: “[...] não é possível falar em variação linguística sem se considerarem as circunstâncias geográficas, sociais e culturais em que o falante está imerso. Também não é possível abandonar alguns itens da interação através da palavra.”. Ou seja, é preciso discutir como a Língua tem atuado na sociedade brasileira e, principalmente, como estas mudanças linguísticas podem estar expressas nos textos da Literatura Brasileira, pois a linguagem oral e a linguagem escrita possuem aspectos similares de uso e de convívio.

Considerações Parciais

Salientamos que a maneira como a Literatura é abordada atualmente pela educação básica brasileira é uma transferência, no sentido literal da palavra, de informações que visam uma compreensão não tão aprofundada por parte dos alunos de qual época da história determinado escritor estava inserido e quais as características teóricas usadas na escrita literária naquele dado período. Isto esclarece, a afirmação de que a sociedade brasileira não possui a prática da leitura como uma de suas principais características. Uma vez que não encontrada significação no ato da leitura de textos literários, por prazer, o aluno, em sua maioria jovem, conectado às inovações tecnológicas e aos mecanismos de seu tempo (que parecem dialogar com ele de maneira mais rápida e significativa), espera que os textos literários vistos no seu

período de estudante permaneçam apenas como um acontecimento histórico qualquer, ficando restrito somente ao que se destina à sua abordagem: os livros didáticos.

Com isso, a partir dos enquadres sociais levantados neste espaço, a Literatura, como parte integrante da linguagem humana pode atuar de diferentes formas a depender do contexto social onde está empregada. Sendo assim, notamos ser necessária uma melhor atuação quanto à difusão da Literatura nos mais distintos ambientes socioculturais, pois ela é recebida com maior ou menor intensidade a depender do espaço social onde é consumida, podendo variar de acordo a escolaridade, o gênero e a faixa etária do público leitor. Além disso, verificamos que, no Brasil, as mudanças que a língua oral apresenta, quando são expressas nos textos da Literatura, seguem com maior frequência as regras estabelecidas pelas gramáticas normativas brasileiras, pois são favoráveis a uma padronização da Língua, independentemente da modalidade, oral ou escrita e, a partir disso, muitas obras da Literatura Brasileira optam por não usar a linguagem coloquial e/ou não-padrão, por mais que o seu uso nos textos literários contribua para uma melhor caracterização dos escritos, um grande desafio dos escritores para uma adequação da modalidade não-padrão da Língua nos textos literários.

Referências

BAGNO, Marcos. **A Língua de Eulália**: novela sociolinguística. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 52, p. 23-43, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36317/22630>. Acesso em: 4 abr. 2021.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PAGANINE, Carolina; FONSECA, Ester. Algumas considerações sobre variação linguística e tradução literária. **Non Plus**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 67-77, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/nonplus/article/view/106913>. Acesso em: 11 abr. 2021.

Retratos da Leitura no Brasil. 5. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

SANFELICI, Aline de Melo; SILVA, Fábio Luiz da. Os adolescentes e a leitura literária por opção. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 57, p. 191-204, jul./set. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/38946/26346>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SANTOS, Denise Salim. A variação linguística nos textos literários. **SOLETRAS**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 175-190, set. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/3844/2977>. Acesso em: 1 abr. 2021.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Cutrix, 2012.

ZOLIN, Lúcia Osana. A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade. **IPOTESI: Revista de Estudos Literários**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 105-116, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19188>. Acesso em: 2 abr. 2021.

SOBRE OS AUTORES:

Pedro Santos Lopes

Graduando em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Vitória da Conquista/BA/Brasil); Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, PIBID/CAPES/UESB. E-mail: pedro-199812@hotmail.com

Arthur Neves Sousa Pereira

Graduando em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Vitória da Conquista/BA/Brasil); Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, PIBID/CAPES/UESB. E-mail: arthurnspereira@gmail.com

Dra. Denise Aparecida Brito Barreto

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Vitória da Conquista/BA/Brasil); Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGED/UESB; Departamento de Estudos Linguísticos e Literários/DELL; Grupo de Pesquisa em Educação e Linguagem – GPLeD; Orcid id: [0000-0003-3448-5109](https://orcid.org/0000-0003-3448-5109); E-mail: deniseabrito@gmail.com